OS SENTIDOS DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: DA HISTÓRIA VISTA DE "BAIXO" À MICRO HISTÓRIA

Political Meanings In History: From People´S History To Microhistory

MORAES, Leandro Eliel Pereira de
Centro Universitário de Jaguariúna - UNIFAJ

MORAES, Antonio Carlos Rodrigues de
Professor de História na rede estadual do Estado de São Paulo e na rede municipal de Campinas/SP, atualmente aposentado.

Resumo: Para uma reflexão sobre os Sentidos da Política na História, por meio de um panorama histórico, neste artigo buscaremos importantes referenciais historiográficos, entre os séculos XIX e XX, em três momentos: o primeiro, com o surgimento da historiografia, em que a História Política caminha da crítica à conservação da ordem; no segundo, com a historiografia marxista, seus herdeiros e as perspectivas de totalidade histórica; no terceiro, caminharemos da totalidade, com as gerações iniciais da Escola de Annales, passando pela micro-história e finalizando com as perspectivas de Michel Foucault. Nessa trajetória, muito mais do que a exposição das perspectivas diversas, nossa proposta passa por deixar expostas as questões abertas que o confronto entre elas e com o respectivo contexto histórico suscita a nossa reflexão. A relação entre política e história é dialética na medida em que esta condiciona àquela e, ao mesmo tempo, tem os seus rumos definidos pelas relações de poder, em seus mais diversos níveis. Se essa relação nunca se fecha, novas questões estão sempre à flor da superfície do fluxo histórico. Na primeira parte dessas reflexões, analisadas em outro artigo, abordamos a produção historiográfica da história política à marxista. Neste texto, panoramicamente, abordaremos a historiografia produzida no século XX, da História vista de "baixo" à micro história.
Palavras-chave: História; Historiografia; Política.

Abstract: Due to reflect about the Political Meanings in History, in this article we will seek some important historiographical references, through an historic overview, between 19th and 20th centuries. Those references may be divided in three moments: at the first one, in parallel with the rise of historiography itself, Political History had moved from a critical to a conservative view; the second one had been characterized by Marxist historiography, its heirs and the perspective of historical totality; at the third one, we will turn from totality, with Annales school´s first generations, to Michel Foucault´s perspective, passing through microhistory as well. In this trajectory, rather than expose different points of view, our proposal might open up some questions. Those distinct perspectives, and their historical context, should stimulate our reflection. The relationship between politics and history is dialectic, insofar as the last one conditions the first but, nevertheless, depends upon power relations on the most different levels. As those relations would never come to an end, new issues should emerge constantly to the surface of historical streams. In the first part of our reflections, which were analyzed in other article, we have discussed the historiographical production form political history to Marxist historiography. In this text we will do

an overview study of historiography in the twentieth century, from people´s history to microhistory.
Keywords: History; Historiography; Politics

INTRODUÇÃO

Este estudo, continuidade do artigo OS SENTIDOS DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: DA HISTÓRIA POLÍTICA À HISTORIOGRAFIA MARXISTA, resultado de uma pesquisa bibliográfica, busca uma reflexão sobre os Sentidos da Política na História. Por meio de um panorama histórico, analisamos importantes referenciais historiográficos, entre os séculos XIX e XX, em três momentos: o primeiro, com o surgimento da historiografia, em que a História Política caminhou da crítica à conservação da ordem; no segundo, com a historiografia marxista, seus herdeiros e as perspectivas de totalidade histórica; no terceiro, objeto de reflexão deste texto, caminharemos da totalidade, com as gerações iniciais da Escola de Annales, passando pela micro História e, finalizando com as perspectivas de Michel Foucault.

A História e a Política vistas de “baixo”

No século XIX, influenciada pelo positivismo, a História Política desenvolveu-se como uma importante modalidade da História, vista como produto dos grandes homens, por grandes feitos, como uma sucessão de fatos políticos encadeados num processo evolucionista. As contribuições de Marx e Engels, assim como as das demais gerações marxistas, levaram à construção de uma outra perspectiva historiográfica, em que os reais produtores da história eram aqueles responsáveis pela produção social da riqueza, os setores oprimidos e explorados. Evidentemente que marxismo não pode ser compreendido de forma homogênea, suas distintas tradições comprovam sua heterogeneidade, nem ficou imune à influência de outras perspectivas, como foi, por exemplo, o desenvolvimento de um marxismo mecanicista e positivista que predominou em várias organizações políticas que viam o comunismo como um processo inevitável do desenvolvimento capitalista. Além disso, ao longo do século XX, outras modalidades da História surgiram, como, por exemplo, a História Social, a História Econômica, a História Cultural, entre outras, que buscaram opor-se à História Política tradicional, assim como outras perspectivas teóricas e historiográficas buscaram compreender variadas dimensões que o

marxismo até então não havia abordado. Até a História Política se renovou, buscando a dimensão política em variadas relações sociais, como nos denominados micropoderes. Mas, em várias dessas modalidades o marxismo e a Escola de Annales foram as principais referências iniciais, como atesta José D'Assunção Barros:

> *No seio do materialismo histórico, a preocupação com a História Social da Cultura tem tido muitos desdobramentos. A escola inglesa do marxismo - com autores como Thompson, Eric Hobsbawm e Chnstopher Hill — especializou-se por exemplo em uma tríplice articulação entre a História Cultural, a História Social e a História Política. Seus trabalhos remontam à década de 1960. A renovação dos estudos culturais trazida pela escola inglesa tem sido fundamental para repensar o materialismo histórico – particularmente para flexibilizar o já desgastado esquema de uma sociedade que seria vista a partir de uma cisão entre infra-estrutura e superestrutura. Com os marxistas da escola inglesa, o mundo da cultura passa a ser examinado como parte integrante do 'modo de produção', e não como um mero reflexo da infra-estrutura econômica de uma sociedade.* (BARROS, 2003, P. 148-149).

Essa cisão entre estrutura e superestrutura que Barros (2003) aborda foi resultado de um marxismo mecanicista que abandonou a dimensão dialética em suas análises, compreendendo os fatores políticos, jurídicos e ideológicos como meros reflexos da economia, quando, na verdade, Marx estabelecia a inter-relação entre esses fatores.

Barros também destaca que Georg Lukács (1885-1971) e Antonio Gramsci (1891-1937), importantes teóricos e militantes marxistas deram importantes contribuições nesse sentido, abrindo esse campo para o materialismo histórico, assim como a Escola de Frankfurt que buscou aliar uma determinada perspectiva marxista com a psicanálise. Nesta Escola, destacamos Walter Benjamin (1892 – 1940), que nasceu em Berlim e morreu (suicidou-se) em Portbou – Espanha, fugindo do nazismo. Foi um teórico que uniu o marxismo, o messianismo judaico e o romantismo. Sua produção teórica abarcou variados temas: filosofia, religião, arte, moda, livros infantis e brinquedos, cultura, política, educação, entre outros. Seu contato inicial com o marxismo foi com as obras de Ernest Block e, principalmente, com Lukács, em História e Consciência de Classe (1923), além de seu contato com Asja Lacis, militante comunista, atriz e

diretora de teatro, que lhe permitiu conhecer a União Soviética entre 1926 e 1927. Outra importante influência marxista sobre Benjamin foi sua amizade com o dramaturgo e poeta Bertold Brecht.

Em sua obra Sobre o conceito de história (1940), que não se destinava à publicação e que só foi publicada após sua morte, tendo como principal objetivo combater as visões positivistas e historicistas da história, Walter Benjamin, apresenta dezoito teses acerca da História, tendo como compromisso "escovar a história a contrapelo" (BENJAMIN In: LÖWY, 2005, p. 70), ou seja, no movimento inverso do que as historiografias positivistas e historicistas faziam. A partir de uma determinada perspectiva romântica, isto é, de uma valorização de um passado comunitário que poderia ser resgatado, de um messianismo judaico em que os conceitos de rememoração e redenção foram transpostos para o proletariado como sujeito histórico da transformação social e de um marxismo heterodoxo, Benjamin assumiu o compromisso com o ponto de vista dos oprimidos, tendo como elemento importante as experiências vividas por esses setores populares, como Leandro Konder (1988) muito bem resgata ao tratar da admiração que Benjamin nutria pelo poeta e dramaturgo Bertolt Brecht, em especial por um de seus personagens, o Sr. Keuner, protagonista de inúmeras experiências de vida. Numa dessas histórias, a casa do Sr. Egge é invadida por um opressor que lhe pergunta "você vai me servir?". O Sr. Egge, calado, durante sete anos lhe serviu até o ponto em que o opressor, gordo pela comilança e pelas ordens, morreu. Nesse momento, o Sr. Egge "o enrolou na coberta estragada, arrastou-o para fora, lavou a casa, caiou as paredes, respirou e respondeu: 'Não'." (BRECHT, 2006, p. 13-14). Konder (1988) analisa essa história resgatada por Benjamin como "[...] uma sabedoria apropriada às condições em que os de 'baixo' enfrentam, muitas vezes, os de 'cima'." (1988, p. 64). Ainda que o filósofo tivesse urgência, a transformação social não poderia se descolar dessa sabedoria nem se afastar dela.

É também nesse contexto que podemos situar a New Left Review, fundada no final dos anos 1950, importante revista de uma nova esquerda que surgia na Inglaterra, mas não só, e que buscava construir uma perspectiva socialista distinta tanto do stalinismo quanto da socialdemocracia e do trabalhismo. Esse foi o primeiro grupo que se somou à revista. O segundo grupo, originou-se no interior do Partido Comunista, mais especificamente da crise

gerada pela invasão soviética à Hungria, em 1956. Tratava-se do grupo de historiadores e teóricos marxistas ingleses como Edward Thompson, John Saville, Rodney Hilton, Christopher Hill, Victor Kiernan, Eric Hobsbawm, Perry Anderson, Stuart Hall que, grande parte deles, rompeu com o Partido. Esses dois agrupamentos formaram a maioria dos membros da Revista, que funcionou como espaço de debates políticos e teóricos de uma parcela da esquerda inglesa, tendo também como preocupação o debate cultural, que aparecia como elemento fundamental para as reflexões socialistas. Além disso, outros temas foram redefinidos ou inseridos no debate, como a necessidade de compreender a dimensão política de forma mais ampla, o "socialismo humanista", a questão do "Terceiro Mundo", a questão da paz e do desarmamento, a comunicação, a cultura popular, entre outros. Os responsáveis pela Revista, logo após a fundação, criaram um espaço cultural, o Partisan Café, que se tornou uma referência importante para a esquerda londrina e inglesa, estabelecendo relações com várias organizações políticas e sociais.

De acordo com Barros (2003), Edward Palmer Thompson (1924-1993), historiador marxista inglês, entendia o campo da cultura como parte da inter-relação entre os fatores objetivos e subjetivos. Na analogia entre estrutura econômica e superestrutura, Thompson defendia que a primeira deveria ser compreendida também como espaço de produção cultural, historicamente construída, na medida em que a produção econômica também expressa culturalmente as maneiras de ser dos indivíduos, ou seja, advoga a incorporação da cultura aos aspectos materiais, conforme atesta o autor:

> *Uma divisão arbitrária como essa, de uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma ideia na cabeça. Quando procedemos ao exame de uma sociedade real, seja qual for, rapidamente descobrimos (ou pelo menos deveríamos descobrir) a inutilidade de se esboçar respeito a uma divisão assim.* (THOMPSON, 2001, p. 254-255).

O historiador inglês resgata as reflexões de Marx acerca da relação entre a determinação do ser social sobre a consciência social para defender uma perspectiva materialista de cultura, contrapondo-se ao culturalismo que via, na esfera cultural, uma autonomia em relação aos demais complexos sociais, particularmente ao econômico. Nesse sentido, a cultura estava diretamente

relacionada com a materialidade da vida e com as condições de classe dos indivíduos. Se um marxismo mecanicista havia separado as esferas econômicas e superestruturais (politica, jurídica, cultural), Thompson resgata no próprio Marx a inter-relação entre as diversas áreas do conhecimento e das esferas sociais, demonstrando que o recurso à analogia entre estrutura econômica e superestrutura foi um recurso metodológico para uma melhor compreensão da relação entre as partes e o todo.

Em relação ao conceito de classe social, Thompson apresenta uma importante contribuição para o debate entre os marxistas, levando em consideração que Marx, ainda que tenha o conceito como uma referência central para a sua perspectiva histórica, não desenvolveu uma teoria mais acabada sobre classes sociais. Nesse sentido, as reflexões do historiador inglês tiveram destaque. Em sua obra A Formação da Classe Operária Inglesa (1987) ele afirma o seguinte:

> *A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempo e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.* (THOMPSON, 1987, p. 10).

De uma forma diferenciada, Thompson retoma as reflexões de Marx sobre as distinções de classe em si e classe para si, refletindo sobre o papel da experiência e da vivência dos indivíduos em ambientes culturais comuns como formas de construção de uma identidade de classe, que não está dada somente por sua posição no processo produtivo, mas também por condições subjetivas e culturais.

Suas obras, como Formação da Classe Operária Inglesa (1960) e Folclore, Antropologia e História Social, artigo publicado na obra A Peculiaridade

dos Ingleses (2001), por exemplo, articularam a dimensão universal com a particularidade, ou seja, o cotidiano dos setores subalternos como expressão de um movimento geral, sendo, com isso considerado um dos pioneiros da denominada “história vista de baixo”. Neste texto, Thompson retoma suas reflexões sobre a formação da consciência de classe:

> *Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista.* (THOMPSON, 2001, p. 260).

Portanto, a classe social deve ser compreendida no movimento histórico e no contexto específico de cada formação social, num processo de contradições que permeiam as consciências dos indivíduos em suas vivências cotidianas de conflitos e lutas, ainda que não sejam totalmente compreendidas conscientemente.

Na história social inglesa, Thompson procurava compreender suas peculiaridades, sempre articulando outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a sociologia, o que também caracteriza as modalidades de História Social, História Cultural, entre outras. Na mesma direção, podemos também citar outro importante historiador social, Christopher Hill, com destaque para sua obra O Mundo de Ponta Cabeça (1977), em que retrata o cotidiano dos setores populares radicalizados da Revolução Inglesa de 1640, buscando compreender a dimensão cultural e política de suas manifestações.

Outra consideração importante é que foi somente a partir dos anos 1930 que importantes obras de Marx foram publicadas pela primeira vez, como a Ideologia Alemã, os Manuscritos Econômicos-filosóficos, textos em que elementos da subjetividade humana, da consciência, da ideologia, da alienação, estavam explicitados em suas reflexões. Toda uma importante geração marxista não conheceu esse material, como, por exemplo, Lenin, Rosa Luxemburgo, Gramsci, entre outros. Esses textos inéditos reabriram uma variedade de debates entre os marxistas, possibilitando aos historiadores dessa tradição um importante material.

A questão que merece destaque tanto na perspectiva de Marx como nas demais gerações marxistas aqui analisadas é a importância da historicidade dos

processos sociais, ou seja, compreender a história como movimento contínuo e contraditório, rompendo com as visões naturalizantes de história, o que permitiu, no ponto de vista político, que as classes subalternas compreendessem seus papeis nos processos de transformação social.

História e Política: da perspectiva de totalidade à micro-história

No contexto do surgimento de uma nova perspectiva historiográfica, o movimento dos Annales vincula-se à crítica sobre a História Política e às suas narrativas sobre grandes feitos, grandes homens, que seriam responsáveis pela produção da história. Marc Bloch e Lucien Febvre criticaram essa perspectiva tradicional buscando uma visão mais ampla e totalizante dos processos históricos, defendendo uma “Nova História” contra a “Velha História”, tendo como preocupação política central “dar voz” aos setores oprimidos. A produção teórica marxiana, o historicismo, a produção inicial dos Annales e dos historiadores ingleses reunidos na New Left Review permitiram o surgimento de variadas modalidades da História.

A peculiaridade dos Annales, surgida com a produção da revista Annales, em 1929, com os historiadores franceses Marc Bloch, Lucien Febvre, e que também teve em seu núcleo central Fernand Braudel, Georg Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Laduric, entre outros, estava em sua busca pela proximidade com outras ciências, em sua inovação temática, na construção de uma histórica-problema, a história de todas as atividades humanas e não só a política. Outra questão importante é não tratar os Annales de forma homogênea, como uma escola no sentido clássico, mas como um movimento marcado por três fases, segundo Peter Burke (1991): a primeira, entre 1920 e 1945, momento de combate a história tradicional; a segunda, após a Segunda Guerra Mundial, momento que mais se aproxima de uma “escola”, fortemente influenciada pela presença de Fernand Braudel; a terceira, após 1968, marcada pela fragmentação. Evidentemente que há muita polêmica entre os estudiosos sobre a correta periodização desse movimento (ou Escola), suas características e até mesmo suas particularidades. De qualquer forma, é inegável que os Annales trouxeram uma importante contribuição historiográfica.

É nesse momento da terceira geração que Michel Foucault tem uma proximidade com a Escola de Annales em função de seus interesses históricos.

Em sentido oposto à perspectiva de “História Total” das primeiras gerações dos Annales, Foucault buscará o caminho do particular, da singularidade, das micro-relações.

Cada uma dessas perspectivas historiográficas tem as suas dimensões políticas, ou seja, refletem e produzem projetos societários diferenciados na medida em que possuem determinadas compreensões de mundo, explicam de variadas maneiras o seu funcionamento e suas possibilidades de transformações.

História e Política: da totalidade à micro-história

A História Política, adequada ao clima nacionalista de afirmação identitária das nações no século XIX, deparou-se com o imperialismo e com a barbárie da I Guerra Mundial, provocando contestações no campo historiográficos por diversos setores, entre eles os precursores da Escola de Annales. É nesse contexto também que emergem novas ciências sociais, como a sociologia, a antropologia, a demografia, a linguística, a psicologia, a geografia humana e as diversas modalidades de história. As crises do capitalismo exigiam também estudos no campo social e econômico. É nesse sentido que a interdisciplinaridade ganhava importância para Lucien Febvre e Marc Bloch, marcando a identidade dos Annales.

A crítica ao positivismo e ao historicismo mais conservador, por parte dos novos historiadores, dirigiu-se contra a ideia de que a história poderia ser reconstituída a partir de uma análise puramente objetiva dos documentos históricos, como um dado a ser desvendado por procedimentos técnicos próprios ao historiador, que, por meio de um ordenamento cronológico, os fatos históricos seriam reconstituídos em uma exposição linear. Contrapondo-se a isso, a Escola de Annales, com seus precursores, defendeu a ideia de “História-Problema”, que tinha por objetivo “[...] um problema colocado pelo próprio historiador, a partir das motivações de sua própria época e dos novos horizontes de apreensão da História por ela liberados, todo fato histórico passa a ser consequentemente uma construção do historiador.” (BARROS, 2010, p. 93). A história poderia ser reconstruída e não mais reconstituída.

Essa nova abordagem apontou para além da esfera política, abarcando a esfera social, econômica, aos modos de pensar e agir, aos movimentos populacionais, entre outras.

> *Um célebre dito de Karl Marx, que afirmara que "tudo é história" – no sentido de que nada escapava ao movimento da História – era agora reapropriado pelos Annales para significar que tudo era legítimo de ser estudado pelo historiador, e não apenas aquele pequeno setor da dimensão política de uma sociedade que correspondia à História da Política tradicional, da guerra, da diplomacia e das elites políticas, universo ao qual praticamente se restringira o historicismo mais tradicional. "Tudo é história" passava a ser, a partir de então, um dos sentidos possíveis para a expressão História Total (a "história de tudo", em uma de suas aberturas de significado; a "história do todo", na sua acepção holística).* (BARROS, 2010, p. 94).

Assim como no materialismo histórico, essa compreensão historiográfica dos Annales permitiu que os sujeitos históricos reais – os homens comuns - fossem vistos como produtores da história e não apenas as elites e as instituições políticas, como o positivismo e o historicismo defendiam. Outro elemento importante para compreender a dimensão política da historiografia dos Annales, em suas duas primeiras gerações, é sua dimensão de "Longa Duração", em que as transformações históricas estavam relacionadas com as permanências, ou, dito de outro modo, que as mudanças seriam compreendidas num longo processo histórico em que a estrutura social continha em seu interior mudanças conjunturais (os eventos), estas possuindo repetições, ciclos. As mudanças estruturais seriam mais lentas, enquanto as mudanças em seu interior seriam de outra ordem, portanto, a história era vista com temporalidades distintas. As estruturas sociais possuem características distintas, o que permite perceber as mudanças de maior profundidade, a distinção entre passado e presente, as distinções de menor profundidade histórica nas mudanças conjunturais, o que também lhes permitiam fugir do anacronismo histórico. É dessa forma que o passado é articulado ao presente, tendo a História-Problema como elo e de reconstrução do passado, permitindo ao historiador compreender melhor o tempo vivido.

Aqui também há uma variação de posições no interior do movimento dos Annales para compreender os processos de transformações sociais ou de suas manutenções: desde os que afirmaram a força da estrutura social sobre os

eventos (Bloch), que quase desaparecem, passando pela defesa do evento ou da singularidade histórica como ponto de partida (Febvre) para a compreensão do todo, como também aqueles, como Braudel, que defenderam uma relação dialética entre eventos e estrutura.

Lucien Febvre, com suas obras biográficas sobre Philippe II, Lutero e Rebelais, buscava compreender como as mentalidades de figuras singulares estavam inseridas numa estrutura social, política e econômica correspondente. Nesse sentido, as mentalidades estavam marcadas por determinadas condições históricas ou pela mentalidade da época. Marc Bloch, trilhando um caminho parecido, buscou em Os Reis Taumaturgos (1924) não só a constituição de uma Histórica Comparada de dinastias reais inglesas e francesas, mas uma análise de como as relações de poder se expressavam na crença popular de um poder milagroso dos reis. Na obra A Sociedade Feudal (1939), o autor apresenta sua perspectiva de História Total, em que as variadas dimensões da vida social, econômica, política e cultural são analisadas por meio de uma perspectiva da coesão social que demonstra influência de Durkheim.

É com Fernand Braudel que os Annales adquirem uma perspectiva de paradigma, se consolida institucionalmente, fundando a École des Hautes Études. Os principais debates críticos de Braudel dirigiram-se contra as análises que supervalorizam os eventos, como foi o caso de Gurvittch com sua micro-sociologia, assim como seu polo oposto, o estruturalismo de Lévi-Strauss, buscando, por meio de uma análise de Longa-Duração, uma relação dialética entre o evento e a estrutura ou a “dialética das durações”, designada por José Carlos Reis (1994), conforme afirma BARROS (2010, p.14). Braudel busca articular as variadas temporalidades do evento, da conjuntura e da estrutura, analisando cada uma delas (a curta, a média e a longa duração) em seu próprio movimento, articulando-as numa totalidade. Foi dessa forma que produziu sua obra O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II (1949).

A terceira geração dos Annales rompe com a perspectiva de “História Total”, o que permitiu um grande debate sobre o movimento, se houve ou não uma descontinuidade com os paradigmas originais. O ano de 1968, que marcou essa passagem, era de efervescência política pelo mundo afora e da fragmentação de movimentos sociais com suas particularidades e identidades. No campo historiográfico, houve uma retomada dos temas políticos, da narrativa,

da valorização das biografias, sob novas perspectivas. Além disso, o movimento mais importante foi no sentido do particular, da singularidade, aquilo que as análises macroestruturais não teriam capacidade de análise, da Micro-História, como foi posteriormente denominada.

> *O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta maneira, o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar. Se ele elabora a biografia ou a "história de vida" de um indivíduo (e frequentemente escolherá um indivíduo anônimo) o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame micro-localizado desta vida.* (BARROS, 2011).

Na Micro História também há importantes variações. Tanto aquelas que buscam no particular, elementos de compreensão e de relação com o geral e universal, como também aquelas perspectivas que, na crítica ao universalismo, buscam a singularidade como fator histórico fundamental.

É nesse momento histórico que em variadas áreas do conhecimento as metas narrativas começam a ser questionadas, até mesmo a possibilidade da verdade histórica, ainda que relativa, ou dito de outro modo, do conhecimento histórico objetivo. A realidade passa ser tratada como um discurso, não havendo "[...] nenhuma distinção clara entre o que é verdadeiro e o que sentimos ser verdadeiro, então minha própria construção da realidade é tão boa quanto a sua ou a de outrem, pois 'o discurso é o produtor desse mundo, não o espelho'" (HOBSBAWM, 1999, p. 286). O relativismo retoma sua força levando suas perspectivas ao extremo. Esse movimento ficou conhecido como "pós-modernidade", que também influenciou a historiografia e o movimento de Annales.

A terceira geração do Annales estava envolvida nesse contexto histórico e iniciou uma produção distinta das gerações anteriores, valorizando uma perspectiva fragmentada do conhecimento histórico, questionando as perspectivas totalizantes, mas, mantendo a perspectiva interdisciplinar, característica de unidade das três gerações. A Antropologia, nessa nova fase, ganhou destaque e dinamizou as modalidades de História Cultural, de História

das Mentalidades, da Nova História Política. Esse novo momento, que Eric J, Hobsbawm (1998) denominou como crise, em função da diversidade metodológica e temática, estava inserido num contexto político mais amplo, da Guerra Fria, de combate não só às teses marxistas, mas também às teorias que buscavam uma compreensão mais ampla da estrutura social capitalista. Para aqueles que pretendiam transformar a realidade, compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade burguesa era um elemento fundamental para as possibilidades de transformações.

As teses pós-modernas adquiram variadas conotações políticas, desde aquelas que que negavam uma ordem social que tivesse alguma coerência lógica, resgatando as antigas teorias irracionalistas de que a realidade é incompreensível, caótica, e, nesse sentido impossível de compreender um desenvolvimento histórico próprio, tendo, por exemplo, Daniel Bell (1919-2011) como expoente importante de uma perspectiva pós-moderna conservadora, como aquelas teses, mais críticas, que, partindo dos mesmos pressupostos da impossibilidade de compreensão da totalidade social, afirmam que é no micro espaço que a resistência, diante de uma sociedade opressora, se dá, como atestam, por exemplo, Boaventura de Souza Santos (1940-...) e Zygmunt Bauman (1925-2017).

Este é ambiente da terceira geração dos Annales e de Michel Foucault, em que as meta narrativas e razão iluminista são questionadas. Este ambiente geral não implicou necessariamente da filiação automática de historiadores da Micro-história e de Foucault ao pós-modernismo. Foucault, vindo de uma influência inicial do estruturalismo, ficaria melhor alocado nas denominadas teorias pós-estruturalistas. O que destacamos aqui é um clima político e teórico de crítica às meta-narrativas, que convergem variadas tradições. Há também muita polêmica a respeito da construção de uma teoria da história em Foucault. De qualquer forma, ele buscou no conceito de genealogia de Nietzsche suas referências, como ele próprio atesta: “O mais honesto teria sido, talvez, citar apenas o nome de Nietzsche, posto que o que aqui digo só tem sentido se o relacionarmos com sua obra que, em minha opinião, é o melhor, mais eficaz e atual dos modelos que temos à mão para levar ao cabo as investigações que proponho.” (NIETZSCHE Apud IASI, 2002, p. 146).

É isso que permite a Foucault a crítica às metas narrativas e a uma teleologia da história, alterando suas concepções estruturalistas iniciais em direção a uma concepção histórica "[...] do acaso, do acidental, do fortuito, da singularidade do acontecimento." (IASI, 2002, p. 147). Presentismo e relativismo estão conjugados em suas perspectivas. No primeiro caso, sob influência de Nietzsche, e no segundo compreendendo a realidade histórica como um discurso:

> *[...] interpretar é se apoderar, por violência ou sub-repção, de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um novo jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpenetrações.*(FOUCAULT, 1984, p. 26).

Para Foucault, não há possibilidade de um conhecimento histórico objetivo, já que as tentativas de construção disso representaram "[...] a história de um erro que tem o nome de verdade" (FOUCAULT, 1984, p. 19). Assim também ele encara a questão do sujeito histórico portador da transformação social, contrapondo com a "morte do sujeito", ou seja, com uma crítica a um sujeito da história (sociedade, classes, o Homem) puramente abstrato, distante da realidade concreta do homem em seu cotidiano.

Nesse sentido, cabe aqui um breve registro das diferenças entre Marx e Foucault em relação ao sujeito histórico para exemplificar e compreender melhor as perspectivas de totalidade entre os dois teóricos.

> *Para Marx a ação concreta dos seres humanos no campo vivo, onde a causalidade e a dinâmica imprevisível das forças se expressam, produz e acumula no tempo formas e ordens definidas que não são nem aleatórias nem casuais, formações sociais e modos de produção que materializam interesses concretos de certas classes sociais que baseiam nessas formas históricas sua dominação. Nesse sentido, a alteração revolucionária da ordem existente só pode ser pensada na relação concreta entre as lutas históricas específicas e esta totalidade.* (IASI, 2002, p. 160).

Enquanto para Foucault:

> *[...] não existe esta totalidade, esta síntese que dá sentido e ordena as diferentes relações que materializam uma ordem dada. A ordem existe por meio e através das relações concretas que materializam no aqui e agora as formas de assujeitamento e de dominação. Não existira*

> *um jogo que perdemos entre os séculos XIV e XVIII para a burguesia, sofrendo hoje a dominação decorrente de nossa derrota passada. O jogo está em curso e o perdemos e conquistamos em vitórias ou derrotas a cada dia, a cada confronto.* (IASI 2002, p, 160).

Foucault critica a ideia de um sujeito histórico portador de interesses universais na medida em que aponta para lutas e rupturas específicas, que são concretas e não a uma totalidade abstrata. Criticando os intelectuais marxistas ele afirma que "O que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem." (FOUCAULT, 1984, p. 71). Por que essa ação tradicional do intelectual não é mais importante? Segundo o filósofo, as relações de poder se estruturam desde baixo, sendo produzidas e reproduzidas em todas as esferas sociais, sem que haja uma totalidade que faça sentido, o que permite que os sujeitos concretos vivenciem diretamente essas relações de poder e, nesse sentido, expressem melhor a consciência desse processo do qualquer outro sujeito. As lutas, sem o caráter universal, adquirem características de resistências particulares, não há revolução social, mas "revoluções moleculares". O "fim do sujeito" para Foucault não significa a inexistência de sujeitos, mas o fim de um sujeito único e abstrato, defendendo a existência de vários sujeitos particulares em suas lutas específicas, expressando uma realidade fragmentada.

Foucault foi um ativo militante de causas sociais dos oprimidos, defendendo a necessidade das lutas particulares para a resistência diante das relações de poder que permeavam as relações sociais. Mauro Iasi (2002), em suas reflexões sobre Foucault o denominou o "general da tática", citando Clausewitz como uma provocação interessante, que segue abaixo:

> *Se a luta fosse um ato único, não haveria necessidade de mais qualquer subdivisão, mas a luta compõe-se de um número maior ou menor de ações separadas, completas em si mesmas, a que chamamos combates. (...) Daqui resultam as atividades completamente diferentes, a da formação e condução destes combates singulares de per si e a combinação de uns com os outros, tendo em vista o objetivo final da guerra. Ao primeiro caso dá-se o nome de tática, ao outro estratégia.* (CLASEWITZ Apud IASI, 2002, p. 166).

Foucault seria um teórico da tática? Haveria uma dimensão maior do que ela?

As dimensões de totalidade e de particularidade merecem especial atenção nos conteúdos desenvolvidos nessa seção. Esses conceitos devem ser compreendidos em cada momento histórico e por meio dos diversos teóricos apresentados. Exemplo disso é a perspectiva de totalidade, que adquire conteúdos diferenciados tanto entre os marxistas, como entre os historiadores dos Annales. Um dos aspectos importantes dessa perspectiva é compreender que a relação entre o particular e o universal estabelece uma relação coerente e, ao mesmo tempo, contraditória. Isso significa dizer que há uma inter-relação entre as partes e que estas formam uma totalidade em movimento, portanto, contraditória. A totalidade não significa o conhecimento de todos os aspectos de uma determinada realidade, mas a compreensão das relações fundamentais entre as particularidades, principalmente aquelas que configuram contradições, e sua formação como universalidade. É essa relação que dá a dimensão de totalidade. Exemplo disso é a relação entre capital e trabalho, que permite, para as tradições marxistas, compreender uma das dinâmicas particulares que formam a totalidade do modo de produção capitalista.

Da mesma forma, a perspectiva da particularidade histórica deve ser analisada, tendo configurações tanto em sua relação ou inter-relação com a totalidade como também por meio de sua autonomia, como pode ser visto em teóricos da terceira geração dos Annales e também em Foucault. Partindo do pressuposto de que a totalidade é uma impossibilidade para o conhecimento humano, e que só conhecemos fragmentos dessa realidade, variadas perspectivas teóricas terão como foco a particularidade e autonomia de cada complexo social – o político, o econômico, social – ou focalizando ainda mais a possibilidade do conhecimento para a micro particularidade, para o fragmentário, como aspectos da realidade que não possuem necessariamente relação com outras particularidades ou com uma universalidade.

Considerações finais

Concluindo, podemos destacar, nessas breves considerações sobre as relações entre a política e a história, duas questões que estamos longe de

pretender esgotar. Em primeiro lugar, no enfoque da relação entre infra e supra estrutura, há que se observar que, desde o século XIX a historiografia desenvolve-se em ligação com as transformações históricas do capitalismo. Há, na trajetória histórica do capitalismo, desde então, uma fase revolucionária, com rompimento com a estrutura social, política, econômica e cultural do antigo regime e, em paralelo, uma revolução das ideias com o iluminismo que culmina com o sistema filosófico de Hegel, que dá as bases de uma história construída ao mesmo tempo que pensada e uma fase conservadora, em que as conquistas da classe burguesa precisam se resguardar contra a classe proletária em ascensão. Essa fase conservadora é o terreno e o fertilizante para uma visão histórica de enfoque positivista, em que o poder político é visto como atributo de uma elite produtora da história. Durante o século XX, o capitalismo desenvolve-se influenciado pelo confronto com o socialismo, surgido em meados do século XIX, não só como um corpo de ideias, mas, sobretudo, como prática social e política que ganha cada vez maior importância até o final da década de 1980. O processo histórico nesse período, complexificado pelo avanço de bem sucedidas revoluções socialistas, bem como o esvaziamento de seu modelo dominante e traumatizado por duas guerras mundiais catastróficas e uma crise econômica que abalou os fundamentos do capitalismo liberal, proporcionará, no âmbito das ideias, o desenvolvimento de concepções bem mais díspares em relação ao poder que as presentes na origem da História como ciência no século XIX.

Dentro dessa diversidade há que se notar outra questão importante, que ganha fôlego na esteira das contestações da pretensão de Hegel a um sistema totalizante de pensamento. Assim como o empirismo contestou a metafísica tradicional que possibilitava artificialmente uma visão globalizante do real, depois de Hegel, várias correntes filosóficas passaram a fazer a mesma contestação a propósito das suas pretensões a um sistema de explicação totalizante de uma realidade que evolui segundo as mesmas leis do pensamento. Mas, por outro lado, não há como reduzir a crítica à contestação empirista, pois não há como se conhecer uma realidade como composta por fenômenos isolados e desconexos. Portanto, a nosso ver, ainda podemos falar de uma história total, como defende o marxismo, no sentido de se entender a conexão, a mais ampla possível dos fatos, com o cuidadoso uso da crítica, que não permite o uso de qualquer “cimento” alheio à sua própria realidade. Ou seja, uma conexão

entendida não como pressuposto, mas como objeto do pensamento crítico capaz de distinguir, na própria realidade o movimento dialético que igualmente dá sentido ao conhecimento. Todo conhecimento, por mais parcializado que seja, é sempre um esforço de visão totalizante, na medida em que não se restringe à descrição dos fenômenos, mas, sobretudo, busca esclarecer as suas conexões. Mormente as relações de poder, que constituem tanto a prática quanto a teoria política, fenômenos históricos, não podem ser entendidas em sua realidade sem as conexões que as ligam ao conjunto das relações sociais.

Dentro dessa diversidade historiográfica há que se notar outra questão importante, que ganha fôlego na esteira das contestações da pretensão de Hegel a um sistema totalizante de pensamento. Assim como o empirismo contestou a metafísica tradicional que possibilitava artificialmente uma visão globalizante do real, depois de Hegel, várias correntes filosóficas passaram a fazer a mesma contestação a propósito das suas pretensões a um sistema de explicação totalizante de uma realidade que evolui segundo as mesmas leis do pensamento. Mas, por outro lado, não há como reduzir a crítica à contestação empirista, pois não há como se conhecer uma realidade como composta por fenômenos isolados e desconexos. Portanto, a nosso ver, ainda podemos falar de uma história total, como defende o marxismo, no sentido de se entender a conexão, a mais ampla possível dos fatos, com o cuidadoso uso da crítica, que não permite o uso de qualquer “cimento” alheio à sua própria realidade. Ou seja, uma conexão entendida não como pressuposto, mas como objeto do pensamento crítico capaz de distinguir, na própria realidade o movimento dialético que igualmente dá sentido ao conhecimento. Todo conhecimento, por mais parcializado que seja, é sempre um esforço de visão totalizante, na medida em que não se restringe à descrição dos fenômenos, mas, sobretudo, busca esclarecer as suas conexões. Mormente as relações de poder, que constituem tanto a prática quanto a teoria política, fenômenos históricos, não podem ser entendidas em sua realidade sem as conexões que as ligam ao conjunto das relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, J. D. História Cultural – um panorama teórico e historiográfico. In: **Textos de História** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB). dezembro de 2003, volume 11, nº.1/2. p.145-171.

_____. **A Escola dos Annales**: considerações sobre a História do Movimento, Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

_____. **Micro-História**. Disponpivel em: http://escritasdahistoria.blogspot.com.br/2011/01/micro-historia.html. Acesso em 08/11/2017.

BRECHT, B. **Histórias do Sr. Keuner**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2006.

BURKE. P. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

IASI, M. L. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Editora Viramundo, 2002.

KONDER, L. **Walter Benjamin**: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MULLER, R.. Revisitando e. P. Thompson e a "Miséria da Teoria" - doi: 10.4025/dialogos. v11i1e2.72. **Diálogos, América do Norte**, 11, mai. 2010. Disponível em: http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=72. Acesso em: 15 ago. 2017.

THOMPSON, E. P. "Folclore, Antropologia e História Social". In: **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

_____. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História, vol. 1).

SOBRE OS AUTORES

Leandro Eliel Pereira de Moraes

Pós-doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2019), Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP (2017), Mestre em Educação pela Universidade Metodista

de Piracicaba - UNIMEP (2012), especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2005), graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC (1995) e educador popular. É professor na UNIFAJ, no curso de Pedagogia.

e-mail: leandroeliel@gmail.com

Antonio Carlos Rodrigues de Moraes

Professor de História na rede estadual do Estado de São Paulo e na rede municipal de Campinas/SP, atualmente aposentado.

e-mail: a.cromo@terra.com.br